

Vicente Greco Filho

Professor Titular de Direito Penal e Professor Associado de Direito Processual Civil da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Professor Titular de Direito Processual Civil da Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie e da Faculdade de Direito de Sorocaba. Procurador de Justiça de São Paulo aposentado. Advogado.

MANUAL DE PENAL

Revista e atualizada com a colaboração de João Daniel Rassi

2015





Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César – São Paulo – SP
 CEP 05413-909
 PABX: (11) 3613 3000
 SAC: 0800 011 7875
 De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30
www.editorasaraiva.com.br/contato

Direção editorial Luiz Roberto Curia
Gerência editorial Thais de Comargo Rodrigues
Assistência editorial Patrícia Soares Albuquerque

Coordenação geral Clarissa Baraschi Maria
Preparação de originais Moira Izabel Barreiros Bitencourt Bressan e
 Ana Cristina Garcia (coords.)

Arte e diagramação Claudirene de Moura Santos Silva
Revisão de provas Amélia Kassis Ward e
 Ana Beatriz Fraga Moreira (coords.)
 Denise Pisaneschi
 Moir de Fátima Machado Costola

Serviços editoriais Elaine Cristina da Silva
 Kelli Priscila Pinto
 Tatiana das Santos Romão

Capa Aero Comunicação

Produção gráfica Marti Rampim
Impressão Cramosete
Acabamento Cramosete

ISBN 978-85-02-21956-4



Índice para catálogo sistemático:

1. Processo penal : Direito penal 343.1

Data de fechamento da edição: 27-5-2015

Dúvidas?

Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva.

A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

103.669.011.001

964223

ÍNDICE

<i>Apresentação da 7ª edição</i>	15
<i>Apresentação da 4ª edição</i>	17
<i>Apresentação da 1ª edição</i>	19

INTRODUÇÃO

1. Teoria Geral do Processo	23
2. Uma visão política do processo.....	27

CAPÍTULO I

Noções Gerais

3. O direito e a realização de valores.....	29
4. O valor da pessoa humana como fundamento do direito.....	33
5. O direito e o processo	35
6. Atividade legislativa, administrativa e jurisdicional: seu relacionamento	41
7. Os direitos fundamentais da pessoa (evolução histórica).....	41
7.1. A antiguidade greco-romana	41
7.2. O cristianismo.....	43
7.3. A Magna Carta e as Constituições de Federico II di Svevia... 44	
7.4. Do contratualismo às declarações de direitos	46
7.5. A época contemporânea	48
7.6. Os direitos e garantias fundamentais na Constituição da República.....	49
8. O processo como garantia ativa e passiva.....	52
8.1. Aspectos gerais. Declaração de inconstitucionalidade. Ministério Público	52
8.2. O direito constitucional de ação.....	58
8.3. A garantia do processo penal.....	61
8.4. A proibição da justiça privada	64

9. As garantias constitucionais do processo	66
9.1. Garantias gerais	66
9.2. A garantia da coisa julgada	74
9.3. Os princípios constitucionais do processo penal.....	77
9.4. Os princípios constitucionais do processo civil.....	85
10. O direito processual penal: conceito e campo de atuação	87
11. O Código de Processo Penal e a organização judiciária	88
12. O direito penal e o processual penal na sociedade contemporânea. Direito penal do inimigo e direito penal do cidadão.....	91

CAPÍTULO II

Disposições Preliminares

13. Da lei de processo penal no tempo e no espaço.....	95
--	----

CAPÍTULO III

Do Inquérito Policial

14. Conceito, natureza e finalidade. A justa causa para a ação penal ...	99
15. Procedimento do inquérito	102
16. Incomunicabilidade e indiciamento.....	104
17. Trancamento do inquérito.....	107
18. Alternativas do inquérito policial ao chegar a juízo: volta à po- lícia, conflito de atribuições. Arquivamento	108
19. Aspectos especiais.....	112
19.1. Atuação policial em face dos atos preparatórios	112
19.2. Aspectos da investigação em face da organização cri- minosa.....	114
19.3. Termo circunstanciado: conceito, natureza jurídica e natureza jurídica das decisões que a lavratura do termo exige. Da autoridade atribuída para lavrar o termo.....	116
19.3.1. Introdução e contexto histórico	116
19.3.2. A natureza jurídica do termo circunstanciado ..	117
19.3.3. A natureza das decisões que a lavratura do ter- mo exige	119

- 19.3.4. A função e papel dialético-jurídico dos envolvidos na persecução penal e sua responsabilidade em face das garantias individuais, bem como a responsabilidade do conjunto de seus participantes 120
- 19.3.5. As atribuições constitucionais da Polícia Civil e da Polícia Militar 122

CAPÍTULO IV

Da Ação Penal

20. Aspectos gerais: conceito, condições. Condições de procedibilidade 125
- 20.1. Conceito 125
- 20.2. Condições 126
- 20.3. Condições de procedibilidade 132
21. Classificações da ação penal 134
22. Características da ação pública 137
23. Características da ação penal exclusivamente privada 138
24. Do exercício do direito de queixa 142
25. Do Ministério Público na ação penal privada 144
26. Elementos da denúncia ou queixa 146
27. Do recebimento e da rejeição da denúncia ou queixa 149

CAPÍTULO V

Da Ação Civil

28. Da ação civil: espécies, oportunidade 151

CAPÍTULO VI

Da Jurisdição e da Competência

29. Jurisdição: conceito, atuação, princípios e limites 155
30. Competência: conceito e critérios determinadores, objetivos e funcionais 157
31. Competência internacional 160
32. Competência interna 162

32.1	Introdução	162
32.2	Originária dos tribunais, por prerrogativa de função ou hierárquica	163
32.3	Das justiças especiais.....	165
32.4	Da Justiça Federal.....	169
32.5	De foro ou de comarca.....	174
32.6	De juízo	179
33.	Da prevenção e da <i>perpetuatio jurisdictionis</i>	180
34.	Da conexão e da continência.....	184
35.	Meios de declaração da incompetência	187
36.	Efeitos da declaração de incompetência.....	187

CAPÍTULO VII

Das Questões e Processos Incidentes

37.	Introdução	189
38.	Das questões prejudiciais.....	189
39.	Das exceções.....	194
40.	Do conflito de competência	197
41.	Da restituição de coisas apreendidas	198
42.	Das medidas assecuratórias: sequestro, especialização da hi- poteca legal e arresto	200
43.	Do incidente de falsidade.....	205
44.	Da insanidade mental do acusado	206
45.	Formação de colegiado em casos de crimes praticados por or- ganizações criminosas.....	208
46.	A colaboração premiada	211

CAPÍTULO VIII

Da Prova

47.	Teoria geral da prova	219
47.1.	Introdução	219
47.2.	Conceito de prova.....	219
47.3.	Objeto da prova	221
47.4.	Meios de prova. Meios ilícitos.....	222
47.5.	Ônus da prova	225
47.5.1.	Introdução.....	225
47.5.2.	Esboço histórico e direito comparado	226
47.5.3.	Teorias modernas sobre o ônus da prova	227

47.5.4. Ônus subjetivo e ônus objetivo	228
47.5.5. Sistema legal brasileiro	228
47.6. Momentos da prova	230
47.7. Presunções, indícios e máximas de experiência.....	231
47.8. A apreciação ou valoração da prova.....	236
47.9. Poderes do juiz em relação à prova.....	239
48. Do exame de corpo de delito e outras perícias.....	240
48.1. Regras gerais.....	240
48.2. Do exame de corpo de delito.....	245
48.3. Perícias especiais.....	248
49. Do interrogatório do acusado	249
50. Da confissão.....	252
51. Do ofendido e das testemunhas	254
52. Do reconhecimento de pessoas e coisas	260
53. Da acareação.....	261
54. Dos documentos	261
55. Da busca e apreensão.....	262
56. Interceptação telefônica	263
56.1. Antecedentes e conceitos básicos.....	263
56.2. Questões fundamentais da lei.....	267
56.3. Procedimento da interceptação	274
57. Da entrega vigiada	279
58. Da infiltração de agentes	284

CAPÍTULO IX

Dos Sujeitos do Processo

59. Classificação	289
60. Do juiz	289
61. Do Ministério Público.....	293
62. Do acusado e seu defensor	295
63. Do assistente	299
64. Dos auxiliares da justiça	303
64.1. Conceito	303
64.2. Dos serventuários e do oficial de justiça	303
64.3. Do perito, depositário, administrador, intérprete e outros	304

CAPÍTULO X

Da Prisão e da Liberdade Provisória

65. Princípios e aspectos gerais	307
66. Da prisão processual	313
66.1. Da prisão em flagrante.....	313
66.2. Da prisão temporária.....	318
66.3. Da prisão preventiva.....	321
66.4. Da prisão por pronúncia e por sentença condenatória recorrível, mediante preventiva.....	324
67. Da liberdade provisória e das outras medidas cautelares.....	326
67.1. Aspectos gerais	326
67.2. Da liberdade provisória sem fiança.....	327
67.3. Da fiança.....	329
67.4. Das outras medidas cautelares	333

CAPÍTULO XI

Da Citação e das Intimações (Da Revelia)

68. Da citação.....	337
69. Das intimações	342

CAPÍTULO XII

Das Nulidades

70. Princípios gerais. Classificação.....	345
71. Rol legal das nulidades.....	353
72. Súmulas do Supremo Tribunal Federal sobre nulidades no pro- cesso penal	360

CAPÍTULO XIII

Da Sentença

73. Conceito, elementos	365
-------------------------------	-----

74. <i>Emendatio e mutatio libelli</i>	367
75. Fundamentos e efeitos da sentença absolutória	372
75.1. Fundamentos e efeitos civis.....	372
75.2. Efeitos penais.....	375
76. Fundamentos e conteúdo da sentença condenatória	376
77. Da intimação da sentença	379
78. Da coisa julgada penal.....	381

CAPÍTULO XIV

Dos Recursos

79. Teoria geral dos recursos	387
79.1. Conceito.....	387
79.2. Pressupostos.....	390
79.3. Princípios	397
79.4. Efeitos.....	398
79.5. Classificações.....	399
80. Recurso no sentido estrito.....	400
81. Apelação	407
82. Protesto por novo júri.....	411
83. Dos embargos	412
83.1. Embargos de declaração	412
83.2. Embargos infringentes.....	412
83.3. Embargos de divergência.....	413
84. Da carta testemunhável	413
85. Dos recursos para os Tribunais Superiores	414
85.1. Recurso ordinário.....	414
85.2. Recurso especial.....	415
85.3. Recurso extraordinário	420

CAPÍTULO XV

Do Procedimento

86. Processo e procedimento. Classificação dos procedimentos. Da suspensão do processo	423
86.1. Conceitos.....	423
86.2. Princípios do processo e do procedimento	424

86.3. Classificação dos procedimentos	427
86.4. Da formação e suspensão do processo.....	429
87. Do procedimento comum.....	434
87.1. Introdução.....	434
87.2. Do procedimento comum ordinário e do prazo da ins- trução criminal no caso de réu preso.....	434
87.2.1. Do procedimento	434
87.2.2. Do prazo da instrução criminal no caso de réu preso	441
87.3. Do procedimento sumário	445
87.4. Do procedimento sumaríssimo	445
88. Dos procedimentos especiais.....	448
88.1. Procedimento dos crimes de competência do júri.....	448
88.1.1. Introdução	448
88.1.2. Da acusação e da instrução preliminar.....	449
88.1.3. Da pronúncia, da impronúncia e da absolvição sumária.....	453
88.1.4. Da preparação do processo para julgamento em plenário.....	458
88.1.5. Do desaforamento.....	459
88.1.6. Providências preparatórias de instalação do Tri- bunal do Júri: alistamento dos jurados, organi- zação da pauta, sorteio e convocação dos jura- dos, da função do jurado.....	460
88.1.7. Da composição do Tribunal do Júri e da forma- ção do Conselho de Sentença.....	463
88.1.8. Da reunião e das sessões do Tribunal do Júri. Da incomunicabilidade e das recusas.....	464
88.1.9. Da instrução em plenário e das atribuições do juiz.....	467
88.1.10. Dos debates.....	468
88.1.11. Do questionário e sua votação	470
88.1.12. Da sentença e da ata dos trabalhos	473
88.2. Procedimentos especiais do Código.....	475
88.2.1. Aspectos gerais	475
88.2.2. Procedimento dos crimes de responsabilidade de funcionários públicos	476
88.2.3. Procedimento dos crimes contra a honra	477
88.2.4. Procedimento dos crimes contra a proprieda- de imaterial	480
88.2.5. Procedimento dos crimes de competência ori- ginária dos tribunais.....	481

88.2.6. <i>O habeas corpus</i>	482
88.2.7. Revisão criminal	488
88.3. Procedimentos especiais de leis especiais	492
88.3.1. Procedimento dos crimes de abuso de autoridade.....	492
88.3.2. Procedimento dos crimes de imprensa.....	493
88.3.3. Procedimento dos crimes da Lei de Licitações ..	494
88.3.4. Procedimento da suspensão condicional do processo da Lei n. 9.099/95.....	494
88.3.5. Procedimento dos crimes da Lei de Drogas.....	494
88.3.6. Outras disposições especiais.....	496

CAPÍTULO XVI

Das Relações Jurisdicionais com Autoridade Estrangeira

89. Cartas rogatórias, homologação de sentença estrangeira, extradição.....	497
<i>Bibliografia</i>	499